

SÍTIO ARQUEOLÓGICO EM COMUNIDADE AMAZÔNICA: ESTUDO DE CASO DO LAGUINHO, MUNICÍPIO DE PARINTINS- AM

Suzianne dos Santos Sá¹
Prof. Dr. João D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho²
Prof. MSc. Francisco Everardo Girão³

RESUMO

Este artigo procura mostrar o uso e a ocupação de sítio arqueológico por comunidade contemporânea na área do Laguinho, Gleba de Vila Amazônia, Município de Parintins, Amazonas, bem como a relação de produção do espaço geográfico e a arqueologia, usando como ferramenta norteadora a Educação Patrimonial, a qual possibilita a valoração e o reconhecimento do patrimônio natural, cultural e público, contribuindo com a harmonia entre o homem e a natureza na sociedade atual. Procura ainda resgatar o sentimento de pertencimento dos comunitários da área do Laguinho e da Valéria por intermédio da sensibilização arqueológica e de ações de preservação, utilizando as técnicas de palestras e oficinas nas Escolas públicas municipais locais no sentido de mostrar o valor da identidade do lugar por meio das evidências da cultura material pelos fragmentos cerâmicos e os líticos encontrados aflorando na superfície da área ocupada pela comunidade, além de possibilitar a formação de multiplicadores e defensores deste patrimônio ali existente.

Palavras-Chave: Sítio Arqueológico. Sensibilização. Educação Patrimonial.
Comunidade Laguinho.

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da UEA. suzygiro@gmail.com

² Docente do Curso de Licenciatura em Geografia da UEA. jdazevedo@geogeo@hotmail.com

³ Geógrafo pela UECE e consultor da Empresa SUPYSAUA-Arqueologia e Restauro Ltda. fcogirao@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os sítios arqueológicos identificados em comunidades amazônicas possibilitam que pesquisadores e comunitários conheçam sobre os modos de vida das populações que viveram em determinadas localidades, domesticação de plantas e animais, além da confecção de ferramentas utilizadas para a própria sobrevivência do grupo, no passado que de certa forma, contribuíram para a diversificação de uso e ocupação por estas comunidades, de áreas da Floresta Amazônica.

Nesse sentido, desde tempos remotos, as viagens ao novo mundo remetem as descobertas de mistérios que permeiam a região envolvendo crenças, lendas, mitos e fazem parte do imaginário amazônico, pleno de saberes e fazeres dos habitantes da floresta, onde afloram ou estão escondidos verdadeiros tesouros da cultura material, as evidências líticas e cerâmicas da Amazônia.

Dessa forma, foi percorrido um caminho desafiador para entender de forma satisfatória a relação de produção do espaço geográfico e a cultura material do passado, evidenciada na Comunidade do Laguinho, no município de Parintins. Além disso, entender o processo de organização espacial de povos antigos que estrategicamente ocuparam áreas de platôs e próximo aos cursos d'água, o que, atualmente evidenciam características indicativas de sítios arqueológicos.

Este trabalho, portanto, foi desenvolvido a partir do estudo de área com presença de grande quantidade de material de interesse da arqueologia, como fragmentos cerâmicos e líticos encontrados em superfície de solo antropizado, citado na literatura acadêmica como “terra preta” e areais, que caracterizam a existência de sítio arqueológico e é onde os comunitários praticam as atividades da roça, produção de hortaliças, fruticulturas entre outras no presente.

A constatação sobre a existência desse sítio arqueológico pré-colonial, em área ocupada por uma comunidade ribeirinha na atualidade, somada a consciência do dever Constitucional que impõe a todo o cidadão brasileiro a responsabilidade sobre a proteção e defesa deste patrimônio, responde pelas ações no âmbito da Educação Patrimonial desenvolvidas por força do Projeto “Novos Talentos” da Universidade do Estado do Amazonas, na Escola Municipal Fernando Carvalho, na Comunidade N.S. do Perpétuo Socorro do Laguinho, foco deste artigo e também em outras Escolas Municipais.

Assim, esse artigo aborda especificamente a palestra e oficina de sensibilização, planejamento de ações de proteção deste patrimônio e divulgação focada na socialização do conhecimento, ministrada para os professores, alunos e comunitários da Escola Municipal Fernando Carvalho na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho.

O processo de elaboração do presente artigo contou com a abordagem metodológica de cunho fenomenológico porque partiu de discussões já abordadas, com pesquisa qualitativa e levou em consideração além da vivência com os comunitários da localidade estudada, duas etapas, distintas: a primeira, de Gabinete remete ao levantamento bibliográfico por meio de pesquisa documental em livros, artigos, dissertações e teses que abordam a temática pretendida; a segunda etapa levantamento de dados em campo, precedidos de visitas técnicas, onde foi realizado o reconhecimento do espaço geográfico local para observar a existência ou não de material cultural de interesse da arqueologia aflorando em superfície, comum no período chuvoso, bem como o registro com utilização de GPS das possíveis evidências da cultura material arqueológica, existente na Comunidade.

Com base nas informações obtidas no decorrer da primeira etapa, foi possível identificar que a existência do Sítio Arqueológico na Comunidade do Laguinho, não se constitui num caso isolado, pelo contrário, a revisão da literatura evidenciou que a reocupação por parte de comunidades atuais de áreas habitadas no passado é frequente e isto é possível que se deva ao fato dessas áreas serem estrategicamente acessadas por terra e água, além de propiciar a subsistência do grupo.

Assim, com base nestas informações, foi possível conhecer um pouco mais sobre o foco pretendido para este artigo e o resultado alcançado responde pelo conteúdo do segundo capítulo, no qual se abordam desde a definição do conceito arqueologia e este (conceito) como fonte de informação, bem como pela caracterização geoambiental da área de estudo.

A partir daí, no capítulo subsequente, apresentam-se aspectos relevantes sobre a construção sócioespacial da Comunidade do Laguinho e na sequência discute-se o conceito Educação Patrimonial que levou em consideração momentos de vivência com os comunitários por meio de palestras e oficina de sensibilização e planejamento, além de uma exposição fotográfica, cuja proposta era socializar o conhecimento dos participantes quanto aos tipos de evidências arqueológicas e despertar o interesse de todos para com a Salvaguarda do Patrimônio Arqueológico Amazônico.

A metodologia da Oficina de Sensibilização e Planejamento foi desenvolvida com didática caracterizada como “APRENDER - FAZENDO”, com os participantes vivenciando a aplicação da metodologia construtivista de trabalho em grupo no enfoque participativo, por objetivo, cuja finalidade foi o desenvolvimento e ordenamento das atividades de arqueologia como tema transversal nas referidas instituições de ensino.

A oficina foi fundamentada no intercâmbio de conhecimentos, experiências e visão dos participantes, buscando-se a melhor compreensão do processo de desenvolvimento e ordenamento das ações no encaminhamento de propostas aos projetos específicos para o desenvolvimento da Arqueologia no Amazonas.

No decorrer da referida oficina, foram feitas exposições teóricas, relacionando-as com experiências práticas, visando um melhor entendimento dos participantes quanto à concepção e desenvolvimento da Arqueologia local. Visualizando a estratégia básica de planejamento e enfocando os processos de gerenciamento da Escola Municipal Fernando Carvalho na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, procurou envolver os professores, vinculando as ações a serem implantados na área de arqueologia.

Na análise do conteúdo da citada oficina, bem como da matriz de responsabilidade (anexo), que foi apresentada os participantes interagiram em uma abordagem geral do segmento proposto e suas relações pertinentes aos envolvidos, assim como os principais aspectos, considerados como problemas, soluções, oportunidades e prazos, os quais contribuíram para consolidação da temática arqueologia como tema transversal a ser incluído nos componentes curriculares ministrados em sala de aula com os discentes do ensino fundamental, nas escolas envolvidas.

O compromisso dos participantes com a oficina e o método, foi à forma de trabalho participativo em grupo, que possibilitou o desenvolvimento de um processo livre e espontâneo de intercâmbio de ideias, estabelecendo de forma conjunta e consensual, uma orientação básica para a continuidade do processo de desenvolvimento pedagógico participativo.

Com isto, foi possível delimitar o provável polígono limítrofe do Sítio Arqueológico na Comunidade do Laguinho e demarcá-lo, o que permitiu que fosse confirmado e tratar-se de um Sítio Arqueológico, suas dimensões e dessa forma preenchido a Ficha de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional-IPHAN. Dessa forma, foi realizado

levantamento fotográfico e caracterização geoambiental da área estudada e as evidências da cultura material em superfície identificadas.

Antecedendo os trabalhos de campo ocorreu uma reunião na Associação da Comunidade do Laguinho para esclarecer a proposta de trabalho e socialização das informações obtidas sobre a existência do Sítio Arqueológico e a importância da preservação e conservação do Patrimônio Arqueológico do Laguinho. E este procedimento foi adotado em todas as Comunidades abrangidas pelo Projeto “Novos Talentos” da Universidade do Estado do Amazonas. Ressaltando que este artigo enfocou apenas o Laguinho.

2 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM COMUNIDADES AMAZÔNICAS

A arqueologia estuda grupos humanos do passado através do presente pelos vestígios materiais deixados por eles. A análise das intervenções do processo socioespacial desses povos no ambiente e que o homem contemporâneo faz até hoje, caracterizam seus modos de vida, como viviam, produziam, comiam, moravam e se vestiam ao longo de sua existência. De acordo com o Guia Temático de Arqueologia, (2008).

A arqueologia é a área do conhecimento que estuda as sociedades do passado através dos vestígios materiais por elas deixados tendo em vista compreender os seus modos de vida. Seus estudos podem ser relativos a diferentes épocas, desde os tempos mais remotos, a partir do surgimento da espécie humana, até períodos mais próximos do presente.

Para compreender como essas populações viviam os trabalhos realizados por pesquisadores: como arqueólogos, antropólogos, biólogos, geógrafos entre outros, buscam entender e explicar as relações de diferentes séculos registrados em estudos que apontam para a relação do homem com o meio ambiente e de que forma o mesmo interferia nas transformações espaciais da paisagem aos olhos do homem do passado, o que intriga os habitantes do presente pela iniciativa, criatividade, desenvoltura pelas quais desenvolveram suas ferramentas e habilidades com vistas à própria sobrevivência.

Dessa maneira, existem possibilidades de entendimento da cultura material que foi produzida e deixada como herança no presente e para as futuras gerações, possibilitando assim, mais clareza acerca das modificações que traduzem a identidade das sociedades de tempos antigos.

Nessa direção, os estudos arqueológicos realizados na Amazônia são como quebra cabeças e palavras chaves que vão se formando no decorrer das pesquisas. O que chama a atenção dos pesquisadores é a vasta extensão territorial da região e seus diversificados tipos de paisagens, como consta no Manual do Levantamento Arqueológico no Município de Manaus (2006, p. 06), “as pesquisas arqueológicas na Amazônia, embora tenham uma centenária tradição, ainda são escassas se pensarmos na grandeza territorial desta região”, atualmente sendo explorada sem que se tenha um retorno adequado, pois as pessoas não reconhecem o valor histórico-cultural guardados nos solos Amazônicos.

Portanto, é possível observar na Amazônia ao longo das calhas dos rios, principalmente, a presença de “terra preta” e grandes extensões de areais, locais propícios para encontrar aflorando material cerâmico e/ou lítico, respectivamente, o que estrategicamente nos conduz a uma abordagem pormenorizada de que esses ambientes foram habitados desde tempos antigos e seus vestígios são observados, em particular, no período chuvoso, onde o material arqueológico se torna mais evidente próximo as margens dos cursos d’água.

De acordo com Rodriguez, Silva e Cavalcante (2010, p. 83), “a atividade humana geralmente está associada de forma direta com as unidades locais da paisagem, servindo de base para a exploração dos recursos como meio de subsistência para as atividades da população”.

No entanto, o que remete ao entendimento do uso e ocupação dos povos do passado na área do Laguinho e que imprimiram mudanças significativas na paisagem, foram às atividades agrícolas desenvolvidas e que ocorre de forma mais agressiva nos dias atuais.

2.1 A Arqueologia como Fonte de Informação

As mudanças na sociedade atual têm levado as instituições públicas e privadas a tomarem diferentes atitudes em relação às questões econômicas, ambientais, sociais e políticas. O conhecimento científico tem possibilitado nesse início de século XXI alternativas sustentáveis para o equacionamento de diferentes problemas que comprometem a relação harmônica entre o homem e a natureza numa sociedade globalizada.

Na Amazônia a história da ocupação pré-colonial é relatada por intermédio da análise e interpretação dos registros culturais materiais deixados pelos povos antigos que habitaram a região. Segundo Roosevelt (1992 apud CUNHA 1992, p. 84).

A região amazônica pode produzir significativas informações arqueológicas sobre a história dos povos e culturas indígenas. Seus restos arqueológicos abundantes e bem preservados representam uma longa e inovadora trajetória de desenvolvimento indígena: dos primeiros caçadores-coletores nômades a coletores mais sedentários, a produção de cerâmica, à agricultura e ao surgimento de sociedades complexas.

Para entender essa Amazônia pré-colonial se faz necessário extensivos estudos a partir de pesquisas relacionadas a essas ocupações, através desses fragmentos deixados sem intenção alguma por populações antigas, conhecendo e entendendo como essa riqueza arqueológica ocorreram em determinados momentos, através de pesquisas envolvendo principalmente os métodos utilizados na arqueologia.

Pela durabilidade das cerâmicas e líticos em relação a outros artefatos utilizados no cotidiano de grupos indígenas, estes são os vestígios arqueológicos mais utilizados para compreender as sociedades do passado nos dias atuais, muito embora, no Amazonas até hoje existem grupos indígenas que ainda produzem artefatos cerâmicos e líticos e vivem de forma semelhante a seus antepassados.

Neste sentido, o Amazonas se destaca como um dos Estados brasileiros que mais despertam interesse pela temática, sendo considerada uma potencialidade de recursos naturais e culturais ainda inexplorados racionalmente pelos habitantes da floresta. O fascínio especial da região gera curiosidade intrigante e aventureira ou científica. Acredita-se que seja fonte inesgotável de questionamentos, aguçando a mente de pesquisadores e moradores locais.

Dessa forma, as pesquisas arqueológicas no Amazonas possibilitam um maior discernimento e valorização da história pré-colonial da região. Conforme Cunha (1992, p. 20) “ter uma identidade é ter uma memória. Por isso a recuperação da própria história é um direito fundamental das sociedades”. Essa intenção de redescobrir a história local tem sido possível por intermédio da identificação de inúmeros sítios arqueológicos escavados e analisados sistematicamente em diferentes contextos no Estado, bem como a datação, com o emprego de novas técnicas e metodologias de campo que permitiram a construção de sequências cronológicas sólidas para a região.

Nessa direção, o presente artigo apresenta de forma geral o reconhecido potencial arqueológico na área do Laguinho, região do Baixo rio Amazonas, o qual oferece subsídios para a criação de estratégias locais de registro, identificação e valoração do

patrimônio material cultural com vistas a sua preservação e conservação por meio da educação patrimonial.

2.2 Caracterização Geoambiental da Área de Estudo

O componente ambiental permite um maior entendimento das ocupações do passado e presente em função das transformações ocorridas no meio físico, por vezes naturais como os cataclismos, ou induzidos pela ação humana.

A caracterização geoambiental da superfície terrestre de qualquer lugar diz respeito à relação existente entre os elementos da paisagem natural e o fluxo de energia que é propagado no sistema ambiental local, além das condicionantes e limitações, o que assegura maior segurança no planejamento das atividades pretendidas nos ambientes.

Conforme colabora Girão (2004), “a Geomorfologia é de fundamental importância no fornecimento de informações sobre as condições naturais do território, diagnosticando suas limitações, potencialidades e problemas vinculados à geomorfogênese e sua evolução”. Dessa forma, pode fornecer subsídios sobre possibilidades ou mesmo presença de áreas de risco, bem como de ambientes mais favoráveis à ocupação humana.

Neste sentido, o uso e ocupação do espaço geográfico resulta da relação natural e antrópica que contribuem para a caracterização da geomorfologia, hidrografia, solo, geologia, vegetação, clima e outros, da área estudada.

A área do Lagunho e entorno, margeia a Unidade Morfoestrutural Planície do rio Amazonas e está assentada no Planalto Rebaixado da Amazônia, de acordo com (Barbosa et. al, 1978). Assim, apresenta áreas alagadas, correspondentes aos trechos que mesmo no período de menor volume das águas do rio Amazonas permanecem submersas, além das áreas mais elevadas que são alagadas apenas no período das enchentes. Encontra-se ainda na referida planície, detalhes específicos como os paranás, furos, igarapés, vales fluviais com foz afogada, lagos com forma diferenciada, diques fluviais, cursos fluviais anastomosados com numerosas ilhas.

Dessa forma, por todo o Baixo Amazonas, a planície apresenta considerável extensão partindo do trecho que vai da foz do rio Uatumã até a foz do rio Tapajós, revelando eventualmente, alargamentos superiores a 35 km. Em ambas as margens

encontra-se a Formação Alter do Chão, localizada sobre sedimentos arenosos quaternários.

O Planalto Rebaixado da Amazônia apresenta litologia sedimentar terciária da Formação Alter do Chão, evidenciando latossolo amarelo onde se instalou a floresta densa. O padrão de drenagem dessa unidade predominante é a subdentrítica à dentrítica.

Na área circunvizinha da ilha Tupinambarana (Parintins), encontram-se os relevos dissecados em interflúvios tabulares com grande desigualdade de drenagem e superfície de aplainamento conservado, muitas vezes inundados pelas chuvas e esporadicamente alagados. Outras áreas são alagadas e com formação pioneira.

A conservação da superfície de aplainamento nas referidas áreas demonstra insipiência no entalhe de talvegues, que apresentam condições favoráveis para sua ocupação e conseqüentemente aproveitamento econômico. O contato entre as duas unidades ocorre eventualmente com escarpas de falhas.

Conforme corrobora Albuquerque (2012), onde destacam-se os eventos geológicos ocorridos no Mioceno e Pós-Mioceno na região Amazônica por descreverem a presença de depósitos sedimentares formados ao longo da calha do rio Amazonas e nas áreas adjacentes dentro da bacia hidrográfica. É dado destaque especial para a Bacia Sedimentar do Amazonas por abranger a região de Parintins.

A área do Laguinho agrega inúmeras comunidades, com ênfase para a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, Independência e Nova Olinda, principalmente, onde estrategicamente foi observado a presença de ocupações humanas do passado em “terra preta” e areal e visualizado material lítico, como batedores (Fig.02) e amoladores, bem como, fragmentos cerâmicos de diferentes tipos e variados tamanhos e espessura (Fig.01) de interesse da arqueologia.



Figura 01: Fragmentos Cerâmicos no Laguinho.
Fonte: Sá, Suzianne (2015).



Figura 02 – Fragmento Lítico (Batedor) da área do Laguinho.
Fonte: Sá, Suzianne (2015).

A Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho está assentada numa área relativamente plana com presença de “terra preta” e areal, respectivamente, próximo ao igarapé Grande e o acesso é facilitado pela Vila Amazônia, por estrada de piçarra (ramal). No entorno da Comunidade ocorrem processos erosivos, principalmente em função de desmatamentos, bem como a prática intensiva da agricultura familiar e a pecuária de subsistência.

Inicialmente, pode-se afirmar que inexiste infraestrutura básica para a recepção de visitantes na localidade, porém, existe o Centro Comunitário, Poço Artesiano, Luz Elétrica e Escola Pública de boa qualidade. Percebe-se ainda e em depoimentos de comunitários, que os poucos visitantes que chegam ao local, reclamam por não ter infraestrutura básica e turística no local, contrapondo com as riquezas cênicas do lugar e o considerável patrimônio arqueológico existente nas comunidades.

Na área do Laguinho, especificamente, foi possível notar a presença de material cultural cerâmico e lítico, os quais de acordo com os relatos de antigos moradores e por intermédio de caminhadas de conhecimento realizado na área do Laguinho, foram identificados quatro sítios arqueológicos distintos: na sede da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, onde se desenvolve a agricultura familiar; o sítio São Raimundo, próximo ao igarapé Grande; o Cemitério Indígena; e em uma área de platô, próximo a Comunidade Santíssima Trindade, principalmente.

3 A ÁREA DO LAGUINHO

O Laguinho está localizado no assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, pertencente à Gleba de Vila Amazônia, a qual congrega aproximadamente 60 comunidades com cerca de 19 mil ribeirinhos. Um dos primeiros moradores dessa área e fundador da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, é o senhor Arino C., de 83 anos.

No ano de 1975, o senhor Arino se estabeleceu na localidade, sendo por duas vezes o Presidente da Comunidade. Numa de suas gestões o então, Governador, Enoque Reis, participou de reunião na Sede do Município de Parintins, com o objetivo de conseguir uma área desabitada para reassentar os moradores do ambiente de várzea, pois aquele ecossistema natural amazônico se mantém alagado por seis meses e compromete a vida familiar dos ribeirinhos nesses ambientes.

Assim, o Governador do Amazonas, possibilitou a abertura do ramal do Laguinho, disponibilizou seis mil cruzeiros e vinte títulos de terra, destinados aos ribeirinhos residentes na localidade, além dos serviços de topografia do INCRA. Os lotes com títulos definitivos apresentavam dimensões de 400 x 2000 metros, conforme relatado pelo morador mais antigo do Laguinho, o Senhor Arino.

A Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho foi fundada em 1975 e o acesso é facilitado pela Vila Amazônia, no Km 29 do Ramal do Km 7. Atualmente é ocupada por aproximadamente 47 famílias. O aniversário da Comunidade é comemorado no dia 26 de setembro. A primeira professora da Escola Fernando Carvalho foi a comunitária M. T. Rocha.

Na Igreja, que leva o nome da Comunidade, foram registradas as seguintes coordenadas geográficas: S 02° 35' 42,3" e W 56° 28' 26,6". A área da Comunidade está em constante transformação da paisagem pela ação antrópica, principalmente, os causados pela abertura de ramal, edificações, além de área desmatada dando lugar às áreas de campo para pecuária extensiva e a própria roça, os quais provocam mudanças significativas no microclima local, além de provocar assoreamento nos cursos d'água e interferir no solo, no relevo, na cobertura vegetal e na própria vida cotidiana dos ribeirinhos.

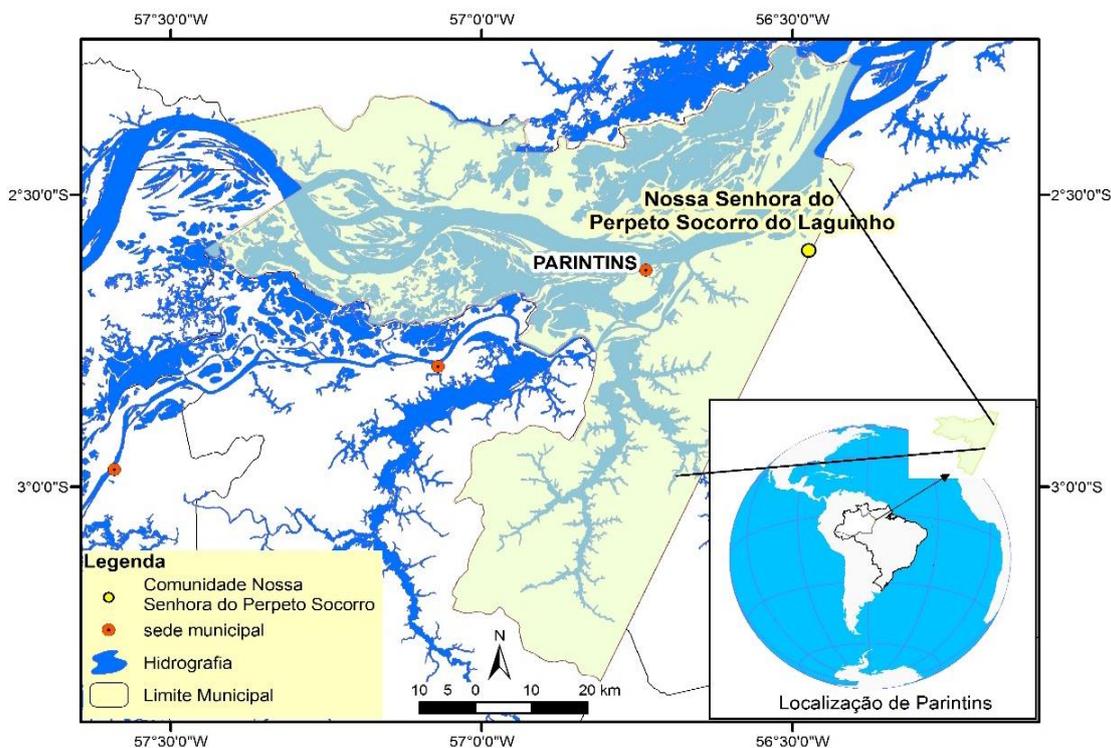


Figura 03: Localização da área do Laguinho.
Fonte: PINTO, Willer (2015).

3.1 Construção Socioespacial da Comunidade do Laguinho

As comunidades abarcadas por força do projeto “Novos Talentos” da Universidade do Estado do Amazonas e aqui não referenciadas neste artigo, a exceção da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, tem feições paisagísticas similares (Fig. 04), em função de estarem geograficamente em áreas de várzea e parte em terra firme, na Gleba de Vila Amazônia, o que de certa forma está a exigir uma iniciativa de desenvolvimento por razões estratégicas em função da presença de ramais e rios, que possibilitaram um crescimento incipiente desordenado pois o lugar, foi ocupado a partir da igreja, quando se iniciou o desenho do arruamento principal, com a presença de cemitério, escola, sede social comunitária, casa de farinha e outros.



Figura 04: Patrimônio Natural do Laguinho
Fonte: Sá, Suzianne (2015).

A área do Laguinho, como citado, encontra-se num ambiente privilegiado e estratégico para o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas, além das já realizadas como observado em campo, a exemplo da pecuária, da pesca e da agricultura familiar, porém podem ser visualizadas alternativas econômicas sustentáveis, como o Turismo, pois esta área apresenta feições paisagísticas de beleza cênica diversificada com uma expressiva riqueza da fauna e flora, além de águas pretas que margeiam os platôs da localidade, os quais compõem o patrimônio natural local, (Fig. 04). Como afirma Azevedo Filho (2013, p.31).

A Amazônia, geralmente caracterizada pela presença de uma grande biodiversidade e de recursos naturais (vegetais e minerais), apresenta, por

outro lado, municípios com baixo desempenho econômico, que se reflete nas precárias condições de sua população. Frente a isso, o turismo aparece como uma salvação. No entanto, muitos dos projetos desenvolvidos na região são totalmente desconectados da realidade local, demonstrando sua imposição para os municípios e as comunidades atingidas e não permitindo uma maior participação da população nos benefícios do turismo.

Por isso que as atividades realizadas pelo turismo, traz maiores benefícios as populações ali existentes naquelas localidades e dão um melhor desenvolvimento econômico, contribuindo para a economia das famílias e transformando a realidade da comunidade em novos atrativos turísticos a partir das belezas naturais da Amazônia.

Portanto, em toda a área da localidade, pode-se observar comportamentos diferenciados e característicos na relação de produção dos espaços e dos “saberes” e “fazeres” amazônicos, o que é imperativo para que as atividades desenvolvidas sejam atrativas para os visitantes.

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA

A Educação Patrimonial de acordo com Horta et. al, (1999) “deve ser entendida como um processo permanente e sistemático de trabalho educativo, o qual tem como ponto de partida o Patrimônio, Cultural, entre todas as manifestações e garantias legais”, no qual permite um novo olhar para a realidade da cultura material presente nas localidades amazônicas a luz da sustentabilidade.

Conforme Matos (2010), A Educação Patrimonial está ligada a metodologias que possibilita sensibilizar e instrumentalizar as pessoas que residem nas comunidades, tanto no ambiente escolar e fora dela, facilitando assim novos conhecimentos a respeito do patrimônio cultural, permitindo que as pessoas se percebam e compreendam o valor que representam no local onde vivem.

Nessa perspectiva, foram envolvidos professores, alunos e comunitários da área do Laguinho com vistas à disseminação do conhecimento arqueológico por intermédio do processo ensino e aprendizagem na Escola Fernando Carvalho da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por meio de palestras, oficinas, exposição fotográfica e conversas informais.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial objetiva a capacitação de uma comunidade para a descoberta e identificação de seus valores, de sua identidade cultural, de seus

modos de fazer e de viver, de pensar e de agir, a partir de suas experiências e do cotidiano. “Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações, em todos os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar sua atitude em relação aos seus bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de auto-estima, auto-afirmação e cidadania”, conforme (HORTA, 1999).

O Patrimônio Cultural não se consiste apenas nos bens que se herdaram dos nossos antepassados, são também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos entre outros.

Assim, é com todo esse Patrimônio material e imaterial consagrado e não consagrado que podemos trabalhar num processo constante de conhecimento e descoberta.

Dessa forma, o Patrimônio Cultural remete a todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. As gerações devem ter a responsabilidade de preservar e conservar o patrimônio cultural brasileiro.

Como afirma Silva, (2010) “o resgate e a preservação de sua história é uma maneira de valorizar as memórias deixadas por seus antepassados e um modo de buscar nesse passado, traços culturais que se assemelham ou diferem dos atuais”. Por isso é de fundamental importância levar propostas de resgate e preservação das histórias e, repensando sobre essa educação devendo ser um bem de todos, fortalecendo compromissos com sua cultura e sua identidade na sociedade.

No caso específico das ações realizadas no Laguinho, por força do Projeto “Novos Talentos” da Universidade do Estado do Amazonas, o conceito Educação Patrimonial foi ampliado e operacionalizado abrangendo além do patrimônio cultural, o natural e o público, conforme proposta desenvolvida pela arqueóloga Arminda Mendonça, de acordo com informação pessoal (GIRÃO, 2015).

O Patrimônio Natural (Fig.04) é intrínseco aos bens apresentados pela natureza, ou seja, os meios bióticos (fauna e flora) e os abióticos (areia, rocha). As formações geológicas e fisiográficas e as aéreas nitidamente delimitadas que constituam o “habitat” de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal; os

lugares naturais notáveis ou as zonas nitidamente delimitadas, que tenham valor universal, em particular, conforme entendimento da UNESCO - 17ª Conferência Geral – no texto da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1987).

No entanto, o Patrimônio Público além de remeter também às edificações construídas ao longo dos tempos passados, que permanecem como legado da história da humanidade, como no caso das igrejas e os monumentos de forma geral. Este patrimônio, na perspectiva do Turismo, é entendido como sendo os equipamentos e serviços disponíveis nas Comunidades.

Dessa maneira, foram desenvolvidas nas ações de Educação Patrimonial na comunidade, N.S. do Perpétuo Socorro do Laginho, as ferramentas metodológicas propostas por Horta et. al, (op.cit.), e adotada pelos profissionais da arqueologia obedecendo num primeiro momento, o senso da observação, onde se foca o objeto ou tema de estudo, sua função e significado; no segundo momento elabora-se o registro, em que se fixa o que foi percebido, aprofunda o que foi observado e se procede à análise crítica; num terceiro momento a exploração, onde propicia o desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, à interpretação das evidências e significados; e por último a apropriação que internaliza o conhecimento, o envolvimento efetivo com a cultura material local e dessa forma, os estudos arqueológicos da história passada precisam ser pensados e valorizados como registro cultural e até mesmo pela identidade das comunidades Amazônicas.

Portanto, a partir da observação e de dados coletados nas áreas identificadas como sítios arqueológicos os procedimentos adotados em questão da proteção do local são feitos pelos institutos e órgãos responsáveis que direcionam essas pesquisas para a valorização dos bens culturais a todos da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arqueologia estuda as sociedades do passado por meio de seus vestígios que podem ser eles artefatos da cultural material como uma cerâmica ou um lítico (instrumento de rocha), ou evidências mais sugestivas como o indício de uma fogueira, um acampamento, uma edificação e até mesmo os restos mortais de indivíduos, dentre outros.

Assim, duas áreas distintas do conhecimento humano nortearam o presente artigo e demonstram a relação existente da arqueologia com a geografia, ambas se propagam e interferem na paisagem. As linhas de pesquisa dessas áreas de conhecimento utilizam métodos e técnicas diferentes na interpretação dos vestígios arqueológicos. O que foi exposto no decorrer do presente artigo demonstrou a importância da escolha de um método específico, o que neste caso, resultou em duas etapas: revisão bibliográfica e trabalho de campo na comunidade amazônica: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, muito embora o Projeto “Novos Talentos” da Universidade do Estado do Amazonas tenha sido mais abrangente e proporcionando experiências de pesquisa na área interdisciplinar da arqueologia e da geografia.

A história da ocupação pré-colonial da Amazônia é contada por intermédio da análise e interpretação de registros materiais deixados pelos povos que habitaram no passado, essa região. Pela durabilidade das cerâmicas em relação a outros artefatos utilizados no cotidiano desses grupos indígenas, estes são os vestígios arqueológicos mais utilizados para compreender as sociedades horticultoras antigas. Além dessas evidências é salutar entender os sítios arqueológicos estudados em função da fertilidade do solo existente nos espaços produzidos pelos povos do passado e atuais que se relacionavam de maneira harmoniosa com aqueles ambientes e a reocupação no presente, o que remete a sustentabilidade de distintas gerações garantindo a preservação e conservação do patrimônio natural, cultural e público amazônico pelo viés da sustentabilidade.

Por fim, apesar das duas experiências serem na mesma região, porém em locais diferentes, no município de Parintins, tem-se sítios arqueológicos a céu aberto, estudo de caso focou apenas uma delas, pois a intenção deste artigo foi a de exemplificar as várias vertentes que a interdisciplinaridade entre a geografia e a arqueologia pode assumir, além de demonstrar o uso da Educação Patrimonial na sensibilização das comunidades e demais envolvidos (professores e alunos) com vistas a despertar e

motivar as mesmas para desenvolverem um sentimento de pertencimento e valorização da cultura material existente como forma de preservação e conservação da identidade local.

No entanto, na área do Laguinho em sítio arqueológico expressivo que é identificado como Sítio arqueológico Laguinho e encontra-se numa área de platô e teve seu registro efetivado, com o preenchimento da Ficha de Cadastro do IPHAN (anexo). Outra experiência não enfocada neste artigo o Sítio Arqueológico da Valéria, já registrado no IPHAN, em Áreas da Amazônia Legal Brasileira pesquisado em 1975, por Peter Paul Hilbert. Já para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos Mário Ferreira Simões, a aplicação da Educação Patrimonial nas duas áreas possibilitou e evidenciou a análise de um número considerável de grupos indígenas do passado que habitaram ambas as localidades e similaridades nos vertígios, provavelmente em função da proximidade.

Os trabalhos de Educação Patrimonial se desenvolveram por meio de duas palestras sobre Patrimônio Natural, Cultural e Público para professores, alunos do ensino fundamental e comunitários do Laguinho, bem como uma oficina de Sensibilização e Planejamento da Arqueologia (Valéria) para professores do ensino fundamental, alunos e comunitários, além de apresentação de Kits de Sensibilização Arqueológica nos locais das palestras, oficinas e mostra fotográfica sobre “fazer arqueológico”.

O relatório final da Oficina na Escola Municipal Fernando Carvalho foi constituído da documentação de toda a matriz elaborada e discutida coletivamente pelos participantes durante a atividade e dos comentários do moderador, acompanhados de fotos ilustrativas de momentos marcantes da atividade, veiculada pelo projeto “Novos Talentos” da Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

Portanto, o conhecimento absorvido por meio da informação arqueológica e geográfica, principalmente, pôde proporcionar aos multiplicadores educadores, alunos e comunitários a ampliação do universo do saber à medida que proporcionou o discernimento de como eram estabelecidas as relações que os indivíduos tinham com o meio físico, evidenciando a possibilidade de uma ação educativa, não só no que se refere aos aspectos do meio físico, mas muito mais no que possibilitou o reconhecimento da necessidade de preservação e conservação do patrimônio arqueológico, no sentido de que há a necessidade de se construir uma identidade associando sociedade, natureza e patrimônio arqueológico local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Carlossandro Carvalho de. **Análise geoecológica da paisagem de várzea na Amazônia Central: um estudo estrutural e funcional no Paraná de Parintins-AM.** 2012.

AZEVEDO FILHO, João D´anuzio Menezes de. **A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2013.

BARBOSA, G.A, RENNÓ, C.V. e FRANCO, E.S. **Geomorfologia. In: Projeto Radam Brasil**, Folha SA.20- Manaus. DNPM (Rio de Janeiro), Levantamento de Recursos Naturais, XVIII. 1978.p.167-244.

BRASIL. Decreto nº 80.978. 12 de dezembro de 1977 – Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 (publicado abaixo da Convenção pela Nova Cultura em 1987).

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

CUNHA, Manuela Carneiro, **Historias dos Índios do Brasil.** 2ª ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

GIRÃO, Francisco Everardo. **Aspectos Geomorfológicos: do Município de Presidente Figueiredo – AM. Um Estudo de Caso no Trecho das Rodovias BR – 174 e AM – 240.** Dissertação – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Geociências. Manaus, 2004.

GUIA TEMÁTICO. **Programa de Educação Patrimonial do Levantamento Arqueológico do Gasoduto Coari-Manaus.** Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MANUAL DO LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE MANAUS. **Educação Patrimonial.** IPHAN, 2006.

MATOS, Alexandre Pena. **Educação Patrimonial nas escolas e empreendimentos arqueológicos: a cultura material nos Bens Culturais Familiares.** In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 10, 2010, Rio Grande do Sul. Anais... Rio Grande, 2010.

SIMÕES, Mário Ferreira e Araújo-Costa, Fernanda. **Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1978 (Pub. Avulsas, 30).

UNESCO. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural - 17ª Conferência Geral, 16 de novembro de 1972. Paris: Nova Cultura, 1987.

RODRIGUEZ, José Manoel Mateo (Org.) **Geoecologia das Paisagens: Uma visão geossistêmica da análise ambiental**. 3ed./José Mateo Rodriguez; et Al. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. **Arqueologia Amazônica**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Histórias dos Índios no Brasil**. 2ª ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

SILVA, Adriana Gomes et. al. **Sítios Arqueológicos e Patrimônios, Culturais da Serra da Valéria: Um estudo de Caso Etno-histórico da identidade Local**. In MARUPIARA. Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins, Ano 3, n 4. Parintins, AM: UEA, 2010.